

CONHECIMENTO E ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA EM A ARTE DA GUERRA DE SUNZI

GEOPOLITICAL KNOWLEDGE AND STRATEGY IN SUNZI'S THE ART OF WAR

PALAVRAS-CHAVE:

China Antiga;
Sinologia;
Geografia;
Epistemologia;
Geoestratégia.

RESUMO

O presente artigo objetiva interpretar a elaboração do tema sobre o conhecimento do conflito geopolítico na obra *A arte da guerra*, de Sunzi. Essa abordagem procura avançar as interpretações correntes acerca desse livro. A questão histórica elaborada nele diz respeito a um problema geopolítico que possui a guerra como condição de sua existência, o que define o Período de Estados Combatentes (sécs. V–III AEC). A realização da guerra implica em um conhecimento estratégico bastante intrincado. Apresentamos nossa interpretação a partir do exame dos capítulos um, dois, três e treze do livro mencionado, que dizem respeito ao caminho e às fontes do conhecimento e necessidade dele.

KEYWORDS:

Ancient China;
Sinology;
Geography;
Epistemology;
Geo-strategy.

ABSTRACT

This paper aims to construe the elaboration of the theme of knowledge about the geopolitical conflict in the work “*Sunzi's Art of War*”. This approach seeks to advance the current interpretations on this book. The historical question elaborated in it regards a geopolitical problem that has in war its condition of existence, which defines the Warring States Period (c. V–III BCE). Undertaking war implies a very intricate strategical knowledge. The interpretation here shown is based on the exam of chapters one, two, three and thirteen of the aforementioned book, chapters that are concerned about the way and sources of knowledge and its necessity.

¹ O presente texto é adaptação do Capítulo 4, denominado “Investigando a Geopolítica”, da Dissertação de mestrado intitulada “O caminho geopolítico de ‘A arte da guerra de Sunzi’: produção do espaço, geopolítica e guerra no Período de Estados Combatentes (séc. V-III AEC) da China Antiga”, de autoria de João Alves de Souza Neto, orientado por Antonio Carlos Vitte, defendida na data de 06 de novembro de 2020 e publicada na data de 25 de janeiro de 2021.

INTRODUÇÃO¹

O presente artigo objetiva interpretar a elaboração do problema sobre o conhecimento do conflito geopolítico em *A arte da guerra* de Sunzi (ou, também, *Sunzi*). Este conflito, a nosso ver, envolve a produção dessa obra. Esse livro pode ser descrito como possuindo o propósito de elaborar uma estratégia vencedora para um conflito que tem como condição o emprego das armas. Escrito por volta do século quarto antes da era comum na Antiguidade chinesa, o *Sunzi* tem tanto uma tradição longa como interpretações diversas. Seu problema central é lidar com a necessidade econômica da conquista territorial ao mesmo tempo que o recurso ao conflito armado é deveras dispendioso. Por essa razão, por lidar com a realização de um objetivo com constrangimentos tão implicados nele — dado que a conquista territorial não poderia ser feita sem a possibilidade de resistência armada — o conteúdo desse livro deve ter mobilizado tanta gente.

Vejamos, por exemplo, como o *Sunzi* aparece em uma dessas edições mais populares em língua de matriz europeia. A contracapa de uma edição brasileira, publicada pela editora paulistana Ediouro em 2009, que tem por base a tradução feita pelo sinólogo inglês Lionel Giles publicada em 1910, carrega o que pode ser apontado como um resumo da sua recepção pelo grande público:

Milenar tratado militar de Sun Tzu, *A Arte da Guerra* é tão compreensível e atual que se tornou um texto clássico. Acredita-se que o livro tenha sido usado ao longo dos tempos por estrategistas militares como Napoleão, Adolf Hitler e Mao Tse Tung.

Hoje, o livro migrou das estantes dos estrategistas para a dos economistas, administradores, políticos, vendedores, empresários e todos aqueles cuja meta é a vitória — em todos os níveis. (SUNZI, 2009).

Por conta desse forte apelo às questões ligadas à estratégia, o livro encontrou um mercado editorial contemporâneo muito vibrante. Esse mercado, contudo, acaba por reduzir o brilho dessa obra na medida em que a apresenta de modo fragmentário, despedaçando a sua trama discursiva. Essas leituras convertem o conjunto do texto em uma série desconectada de máximas que servem a uma ética individual. De fato, essa possibilidade de interpretação fragmentária da obra se insinua na medida em que ela é produto de uma tradição oral condensada em livro por durante cerca de um século (LEWIS, 2005; MAIR, 2008). Gostaríamos de apontar o seguinte: essas interpretações que apresentam o texto de uma obra sem considerar o contexto histórico, matéria para o seu trabalho, são interpretações ideológicas, no sentido de não apresentarem o sentido dela (CHAUÍ, 2017). Para compreendermos o sentido de uma obra, é importante termos em mente que ela é fruto da elaboração teórica de uma experiência histórica enquanto problema, aporia, com uma complexidade que lhe é própria.

O caminho que procura trilhar contemporaneamente a singularidade teórica elaborada por essa obra está na academia científica. Ele se contrapõe a essas interpretações ideológicas por visarem reconstituir a trama do livro, compreender seu texto como elaboração de uma certa experiência histórica. Apresentaremos brevemente quatro autores que julgamos expoentes dessa tradição. Ames (1993) procura dar um enfoque filosófico para essa obra, procurando abordá-la no contexto de um problema relacionado à possibilidade da prática em uma sociedade atravessada pela guerra. Essa questão está presente em outros intérpretes, mas com abordagens diversas. Sawyer (1994), por sua vez, apresenta

uma interpretação focada estritamente na questão militar, procurando abordar o problema da realização da estratégia militar em um contexto intensamente belicoso. A abordagem de Galvany (2010 [2001]), em seu turno, está ligada mais às questões econômicas de uma economia doméstica. A abordagem que este autor apresenta foca no problema da ação em meio a um contexto de escassez econômica. Mair (2008) interpreta, sobretudo, as questões linguísticas envolvidas na obra. Para este autor, a obra trabalha o problema dos grandes conflitos bélicos surgentes durante a China Antiga. Nossa interpretação procura adicionar uma nova possibilidade de interpretação dessa obra.

Uma característica dessas interpretações anteriores é que elas tornam o contexto histórico elaborado pela obra como uma série de objetos. Ao compreender que este livro elabora seu contexto enquanto um processo problemático não redutível aos termos dele, o que possibilita explorar a complexidade implicada no trabalho dessa obra, a nossa interpretação acrescenta a esse debate sobre as interpretações de *Sunzi*. A obra joga luz para certas questões, mas essas questões, elas mesmas, estão em movimento e carregam uma sombra atrás de si que o texto não dá conta totalmente. Essa abordagem permite delinear os seus limites para avançarmos o trabalho teórico que se iniciou.

No caso de nossa obra, vale a pena apontar que a guerra, seu tema central, encontra-se atravessado por questões sociais, políticas, econômicas e geográficas. A realização da guerra se constitui como problema complexo na medida em que ela está condicionada por questões geográficas ligadas à organização dos territórios. Essa organização configura a necessidade de expansão territorial, o que condiciona a possibilidade da guerra. Economicamente, a guerra mobiliza camponeses que são convertidos em soldados, o que imobiliza o desenvolvimento econômico do território, trazendo conflitos sociais (LI, 1996; LEWIS, 1999). A sociedade precisa, por sua vez, organizar-se para essa empreitada bélica, dado que seus conflitos interiores devem ser suspensos em função dos conflitos com o exterior. No plano político, a sociedade deve estabelecer as regras e legislações necessárias para seu projeto de reprodução do poder político vigente e da diplomacia necessária com os adversários exteriores e interiores, além da organização geográfica e econômica do território. Descrevendo a realidade do Período de Estados Combatentes (sécs. V–III AEC) nesses termos gerais, podemos ver que uma obra como a de *Sunzi* elabora um problema complexo ao tratar da guerra.

Para interpretar nossa obra, a dividimos em três grandes blocos, procurando, em cada um deles, apresentar uma posição sobre esse solo em erosão que marca seu contexto histórico belicoso. Seu tema central é condicionado por questões econômicas que se encontram condicionadas por necessidades geopolíticas. Estas se caracterizam pelo modo como o espaço da economia dessa sociedade implica relações políticas (e bélicas), por meio do Estado, com a própria população e com outros territórios. As suas estratégias bélicas se dão sobre questões históricas que são geopolíticas. O primeiro bloco, que aqui apresentamos, trata do caminho para conhecer esse problema. O segundo, por sua vez, descreve a configuração estrutural desse problema. E o terceiro, por fim, apresenta formas de abordá-lo na prática.

O primeiro bloco de discussões diz respeito ao caminho da investigação da geopolítica segundo o *Sunzi*. Os capítulos da nossa obra, que compõem esta reflexão, são os seus três primeiros (um, dois e três) e o último (treze). Esses capítulos procuram reunir dois movimentos expositivos que, como veremos, se complementam. O primeiro movimento, que inicia o livro e o finaliza, trata de como conhecer o conflito geopolítico e como organizar um engajamento nele. As questões em jogo, que direcionam a elaboração desse problema, são preci-

samente as seguintes: como devemos nos engajar nesse conflito geopolítico no qual estamos inseridos e por que um cuidado com esse engajamento é necessário. Essa última questão diz respeito ao segundo movimento argumentativo que aqui examinamos: a elaboração de uma abordagem se faz necessária a partir de razões principalmente econômicas e, portanto, historicamente contingentes.

Apresentaremos cada capítulo analisando a articulação de suas passagens. Esse procedimento examinará essas passagens em função do problema elaborado pelo capítulo e como este está no contexto do bloco que compõe a obra. Ao final, teremos avançado na compreensão do caminho dessa investigação da geopolítica proposta por nossa obra: exporemos sua relação entre conhecimento e estratégia na geopolítica. A tradução da obra em pauta empregada no presente trabalho é aquela realizada por Roger T. Ames (SUNZI, 1993).

O CAPÍTULO 1, “DAS AVALIAÇÕES”²

² Segundo a tradução de Ames (SUNZI, 1993), “On Assessments” [shi ji 始计].

O primeiro capítulo apresenta o panorama do caminho investigativo da geopolítica e a definição de guerra que permeará o restante do livro. A abordagem proposta nesse capítulo diz respeito ao exame que deve ser empreendido no agir decisivo do conflito geopolítico. Portanto, aqui trataremos do método de investigação sobre esse conflito (com fundamento bélico) que a obra apresenta e que, segundo seu argumento, deve ser empregado para nos sairmos melhor que nosso adversário, isto é, vencermos.

Sunzi abre seu texto afirmando o seguinte: “A guerra é uma questão vital do Estado. É o campo [*di* 地] no qual a vida e a morte são determinadas e a estrada [*dao* 道] que leva tanto à sobrevivência quanto à ruína, e tem de ser investigada com o maior cuidado”³ (SUNZI, 1993:73). Podemos ler aqui que a própria sobrevivência do Estado está atrelada ao resultado de sua participação na guerra. Esta, de saída, já aparece como estruturante da investigação que se quer fazer acerca da geopolítica: é tanto um processo quanto uma condição para a sobrevivência de um Estado.

Essa primeira passagem apresenta um diagnóstico acerca da dinâmica belicosa que o momento histórico dessa obra estava atravessando. Aponta, portanto, a presença, no livro, de um conhecimento histórico. Devemos, assim, conhecer essa dinâmica belicosa e como intervir nela de modo a evitarmos os aspectos negativos do conflito, saindo-se melhor nele, que é vencê-lo. O *Sunzi* propõe uma investigação dividida em duas etapas. Uma primeira etapa é a análise da situação de cada lado do conflito. Posteriormente, deve-se avaliar a posição de cada um dos lados em relação entre si, como em uma balança.

Portanto, para sondar o resultado da guerra, nós temos de estimar a situação com base nos seguintes cinco critérios, e comparar os dois lados pela avaliação das suas forças relativas. O primeiro dos cinco critérios é o caminho [*dao* 道], o segundo é o clima [*tian* 天], o terceiro é o terreno [*di* 地], o quarto é o comando [*jiang* 将] e o quinto é a regulação [*fa* 法]. (SUNZI, 1993:73).

O primeiro critério é o curso (ou também caminho). “O caminho [*dao* 道] é o que traz o pensamento das pessoas em linha com o de seus superiores. Assim, você pode mandá-los à morte ou deixá-los viver, e eles não desconfiarão de modo nenhum” (SUNZI, 1993:73). Ele diz respeito ao sentido da relação que o soberano do Estado estabelece com sua população no contexto belicoso,

³ Todas as traduções de Sunzi (1993), do inglês para o português, presentes neste artigo, são nossas.

⁴ Concepção política que argumenta a correspondência da atual linhagem regente com a necessidade atual da dinâmica da natureza (CHENG, 2008).

onde essa relação é tomada como objeto de exame. Como a guerra nessa época é realizada no interior de uma sociedade agrária, onde o soberano depende de modo mais imediato do trabalho de sua população, a ausência de concordância desta para o engajamento bélico pode ser desastroso. O governante, na época de produção do livro, ainda não era o rei de todos os povos do mundo [*tianxia* 天下]. O rei de Zhou, que vem a perder seu poder, governa, pois possui o Mandato do Céu [*tianming* 天命], que diz respeito ao direito hereditário de governar um território conforme se é digno para tal (CHENG, 2008:55-58)⁴. A partir dessa ideia política e do fato material (da organização agrária da sociedade), pode-se inferir que esse primeiro critério diz respeito à percepção do governante sobre a situação da sua população e como ele age diante dela, isso tudo dado o contexto geopolítico que condiciona a perspectiva desse governante.

O segundo critério é o céu (ou clima). “O clima [*tian* 天] é a luz [*yang* 阳] e a sombra [*yin* 阴], o calor e o frio, e a rotação das estações” (SUNZI, 1993:73). Aparentemente, conhecê-lo é conhecer a dinâmica astronômica, meteorológica e climatológica que condicionam a atmosfera do conflito no qual se está inserido. Em uma sociedade agrária, onde o modo de locomoção se dá por meio de carros de madeira, animais, a combinação dos dois anteriores, ou a pé, conhecer o clima (e como um certo lado do conflito se situa em relação a ele, e como isso pode ser afetado pelo tempo meteorológico atual ou previsto) é importante para saber as condições de mobilização e sustentação do nosso lado no conflito. A dinâmica astronômica também é importante para se conseguir compreender como um certo lado do conflito pode ser afetado pelo Sol e pela Lua, não somente na incidência de calor ou da maré, mas da possibilidade e da quantidade de iluminação possível. Além disso, conhecer essas dinâmicas permite realizar melhor a produção agrícola, que sustenta economicamente a guerra.

O próximo critério é a terra (ou, no caso, terreno). “O terreno [*di* 地] se refere à inclinação do terreno, distâncias aproximadas, dificuldade de passagem, o grau de abertura, e a viabilidade do terreno para o emprego das tropas” (SUNZI, 1993:73). Ela implica as relações espaciais entre as entidades que ocupam a superfície terrestre, assim como as relações de deslocamento e atravessamento, com suas dinâmicas complementares de expansão e contração, e de aproximação e distanciamento. Com isso, já podemos perceber que há uma preocupação a respeito da mobilização no espaço geográfico, e como este condiciona a mobilização por ele. Isso implica afirmar não somente a mobilização das tropas em direção ao ou mesmo no próprio campo de batalha, mas também do transporte de mantimentos para o sustento na guerra. Outra característica dada pelo espaço geográfico e que o torna imprescindível na investigação da geopolítica é que ele fundamenta a vida. Por isso, devemos considerá-lo na sua capacidade de ser uma habitação enquanto o avaliamos — o que aparece em outros capítulos, como o nono e o décimo.

O penúltimo critério é o comando. “O comando [*jiang* 将] é uma questão de sabedoria, integridade, humanidade, coragem e disciplina” (SUNZI, 1993:73). Tendo sido possível mobilizar o povo para o conflito, a figura do comandante se torna central para a realização da vitória. Em diversos capítulos, o *Sunzi* elaborará como deve apresentar-se o comandante superior que tem, em si, todas essas qualidades. Por ora, faz-se importante frisar que o comandante não só deverá ser o comandante que vence as batalhas, mas que as vence apresentando também certas qualidades necessárias (pois, como poderá ser visto a partir do capítulo segundo, não é somente a vitória o que importa no conflito).

O último critério é a regulação (ou princípio regulador). “E a regulação [*fa* 法] implica a efetividade organizacional, uma cadeia de comando, e a es-

trutura para o suporte logístico” (SUNZI, 1993:73). Esse critério de avaliação se liga ao primeiro critério (o curso, o caminho) de modo especial, pois se esse primeiro visa a relação que o governante estabelece com sua população no contexto no qual ambos se encontram, então o princípio regulador descreve como a sociedade está estruturada, no plano social e econômico, para sustentar esse contexto vigente, isto é, o conflito geopolítico beligerante. Como poderá ser percebido no restante do livro, esse critério questiona se a estrutura social e econômica de um lado do conflito poderá suportar o conflito no qual ele se encontra. Isso levando em consideração a escala temporal e espacial desse conflito e como ele acontece ou poderia vir a ocorrer. A questão sobre essas escalas do conflito será tematizada posteriormente, especialmente no capítulo segundo.

Esses foram os cinco critérios principais para a avaliação da situação de cada um dos lados do conflito. Sobre a etapa de comparação na investigação geopolítica proposta pelo Sunzi, ele sugere comparar quem está mais bem posicionado com relação a esses critérios elencados anteriormente e quem possui maior quantidade ou qualidade em seu exército. “Portanto, para sondar o resultado da guerra, nós temos de comparar os dois lados pela avaliação de suas forças relativas” (SUNZI, 1993:74). O livro apresenta uma série de questões que encaminham essa avaliação. Podemos dividi-las em dois grupos, aquelas questões gerais do conflito bélico, e aquelas relativas especialmente ao exército. No primeiro grupo, temos: “Qual governante possui o caminho? [*dao* 道]? Qual comandante [*jiang* 将] possui mais habilidade? Qual lado possui as vantagens do clima [*tian* 天] e do terreno [*di* 地]?” (SUNZI, 1993:74). E, por fim: “Qual exército segue as regulações [*fa* 法] e obedece a ordens mais estritamente?” (SUNZI, 1993:74). As primeiras perguntas vão na esteira da avaliação feita anteriormente.

No segundo grupo de perguntas, sobre o exército, temos: “Qual exército possui força superior? Os oficiais e soldados de quem estão melhores treinados? Qual lado é mais estrito e imparcial ao atender recompensas e punições?” (SUNZI, 1993:74). O texto arremata essa enumeração de questões com um apontamento interessante: “Com base nessa comparação, eu sei quem vencerá e quem perderá” (SUNZI, 1993:74). Ou seja, é possível saber, para a perspectiva em elaboração por nossa obra, quem vencerá ou perderá no conflito antes mesmo de sua realização.

Conforme se pode inferir a partir dessas questões, a comparação é uma avaliação do grau das qualidades de cada um dos critérios de um dos lados do conflito com relação ao outro lado dele. Uma questão que fica é como obter uma quantidade tão vasta de informações a respeito dos adversários. O capítulo treze será decisivo para conseguirmos aprofundar esse aspecto fundamental do conflito: a constituição das fontes de informações sobre ele. Percebe-se, com essa exposição inicial, que havia um controle cada vez maior da população, do exército e do território corrente no momento histórico da obra.

Para o *Sunzi*, seguir essa abordagem investigativa asseguraria a vitória no conflito. “Tendo escutado o que pode ser ganho a partir das minhas avaliações, forme uma vantagem estratégica [*shi* 勢] a partir delas para fortalecer nossa posição” (SUNZI, 1993:74). O próximo passo, após conhecer o conjunto da situação do conflito, é fortalecer a própria posição por meio da elaboração da vantagem estratégica [*shi* 勢] ou (como podemos perceber ao interpretar esse termo no contexto da obra) da situação culminante do conflito (ou, mesmo, posição vantajosa). “Por ‘vantagem estratégica’ [*shi* 勢] eu quero dizer extrair o máximo das condições favoráveis [*yin* 因] e inclinar a balança ao nosso favor” (SUNZI, 1993:74). Assunto que será pormenorizado no capítulo quinto, aqui a nossa obra aponta que a elaboração dessa vantagem estratégica permite, pelo

menos aparentemente, tornar uma situação inferior (com relação à posição adversária) em uma situação favorável. Isso é especialmente importante em um contexto bélico onde territórios que giram em torno de uma cidade têm de se organizar para enfrentar a emergência de territórios vastos. Ou, em outro caso possível, esses territórios vastos, com muitos assentamentos organizados, têm de se organizar para enfrentar outros territórios ainda maiores que eles.

A definição sobre a guerra apresentada pelo *Sunzi* torna, por um lado, a sua investigação mais complexa e, por outro lado, a sua proposta geopolítica mais necessária. “A guerra é a arte [*dao* 道] da enganação [*gui* 诡]” (SUNZI, 1993:74). O autor segue, a partir daí, descrevendo a guerra como um agir de modo a enganar o adversário, instigando-o à contradição em seu interior. Na medida em que o autor propõe que enganemos o adversário, ele pressupõe a possibilidade de o adversário fazer o mesmo conosco. Isso torna a guerra, genericamente, um jogo da enganação, onde situações positivas (ou favoráveis, que põem vantagens) podem se tornar negativas (ou desfavoráveis, que negam vantagens) e vice-versa. Os capítulos quinto e sexto tratarão, respectivamente, do tema da transformação das situações do conflito e sobre como lidar com a contradição entre situação aparente e situação real do conflito, própria da geopolítica belicosa do contexto dessa obra.

O *Sunzi* resume esse jogo da enganação do seguinte modo: “Ataque onde ele não está preparado; vá por caminhos onde jamais ocorreria a ele que você iria. Estes são os cálculos do estrategista militar para a vitória” (SUNZI, 1993:74). Ou seja, agir de modo imprevisível está na base do agir enganador, e podemos pressupor que todos os adversários agirão do mesmo modo ao visarem superar seus adversários. O problema que fica, e que será tematizado no capítulo sexto e trabalhado no capítulo décimo terceiro, é como conhecer uma situação adversária onde esta procura se apresentar de modo a não deixar nítida a sua realidade. Neste caso, temos um adversário que intenciona escamoteá-la. O autor afirma a seguir que, sobre esses cálculos, “eles não podem ser estabelecidos antecipadamente” (SUNZI, 1993:74). Isso torna necessário estar atualizado quanto ao conjunto da situação do conflito e torna impossível prescindir do conhecimento da situação real desse conflito (algo que será tematizado no capítulo décimo terceiro).

Uma questão que fica é como esse conhecimento alcançado se articularia para estabelecer o lado que poderia vencer e o lado que poderia perder. Segundo Sunzi afirma, a batalha era ensaiada em um local apropriado para essa finalidade, um templo: “Quando eu a examino desse modo, o resultado da guerra se torna aparente” (SUNZI, 1993:74). E ele afirma que: “É pela marcação de muitos pontos que alguém vence a guerra de antemão no ensaio da guerra feito no templo; é pela marcação de poucos pontos que alguém perde de antemão no ensaio da guerra feito no templo” (SUNZI, 1993:74). O capítulo décimo primeiro também faz referência ao templo, apontando que a elaboração da estratégia seria finalizada em seu interior. A partir do trecho antecedente, pode-se inferir que, primeiro, procura-se estabelecer quem possui superioridade comparativa no conflito, só depois elabora-se a vantagem estratégica ou situação culminante nesse conflito e, por fim, ensaia-se a batalha para calcular os pesos de cada lado dessa balança. Se essa vantagem estratégica elaborada consegue tornar a balança favorável no conflito, então se sabe de antemão se venceremos ou perdermos. Como vemos, o processo de realização do conflito geopolítico já se apresentava, no período dessa obra, de modo bastante complexo.

Esse capítulo seminal do Sunzi apresenta a guerra como um grave problema a ser encarado por seu leitor. Ela, ao mesmo tempo que é vital para o

⁵ Segundo a tradução de Ames (SUNZI, 1993), “On Waging Battle” (zuòzhàn 作戰).

O CAPÍTULO 2, “DO EMPREENDIMENTO DA BATALHA”⁵

Sendo os Períodos de Primavera e Outono (sécs. VIII–V AEC) e de Estados Combatentes (sécs. V–III AEC) da China Antiga, marcados pelo necessário e recorrente conflito geopolítico de cunho belicista, algumas condições são postas para sua reflexão. Cada pessoa que passa a ser alistada para a guerra é uma a menos que trabalhará no campo agrícola produzindo para a economia. Enquanto o exército estiver dedicado ao campo de batalha, ele necessitará que sua terra natal trabalhe para que ela sustente a si mesma e ao seu exército. O capítulo segundo do *Sunzi* procura argumentar a favor da celeridade na guerra, tendo como base essa compreensão do seu momento histórico. Ele apresenta as implicações da guerra e de sua respectiva duração, especialmente em seu sentido econômico negativo.

Sunzi inicia esse capítulo apresentando os custos materiais e humanos de mobilização na guerra. Para o autor, a mobilização de um grande exército inclui “despesas na terra natal e no campo [de batalha]” (SUNZI, 1993:76) e parte desses custos está no deslocamento e na manutenção de recursos humanos e materiais, não somente no gasto imediato para a saída ou durante a batalha. Isso aponta para uma dupla e combinada perspectiva sobre os gastos por parte da obra. Uma perspectiva espacial, que considera todos os gastos envolvidos desde a saída da terra natal, passando por todos os trajetos necessários, incluindo o uso de emissários e o deslocamento de conselheiros, para somente então chegar no campo de batalha, e daí resolver a guerra. E uma perspectiva temporal, que considera a duração da guerra e a manutenção dos recursos, além da possível repetição de certas etapas, como mobilizar novamente o exército para outro campo de batalha. Essa perspectiva espaço-temporal da economia da guerra eleva a importância do capítulo primeiro. Sem um caminho bem determinado para se desenvolver a guerra, não há alternativa para ela senão a insustentabilidade e ruína econômica.

Em seguida, nossa obra se dedica à importância da rapidez na batalha. “Ao entrar em batalha, busque uma vitória rápida” (SUNZI, 1993:76). Ele argumenta, em seguida, que uma batalha protelada gera desgastes materiais nos armamentos, desgastes físicos e psicológicos nas tropas e desgastes econômicos no território. Consequência disso é que: “Onde você embotou suas armas, desmoralizou suas tropas, exauriu suas forças e dilapidou todos os seus recursos disponíveis, os governantes avizinados tirarão vantagem da sua adversidade para atacar” (SUNZI, 1993:76). E a demora torna o conhecimento que se quer alcançar sobre a guerra (para assim vencê-la, nos saindo melhor que esse nosso adversário) algo severamente precário: “E mesmo com o conselho mais sábio, você não será capaz de tornar boas as consequências seguintes” (SUNZI, 1993:76).

O *Sunzi* complementa esse argumento com um importante fato histórico: “Jamais existiu um Estado que se beneficiou de uma guerra prolongada” (SUNZI, 1993:76). Portanto, ser rápido na resolução prática do conflito é algo necessário e complementar ao seu conhecimento.

Depois de tratar da questão da rapidez na guerra, nossa obra também enfatiza a necessidade do cálculo preciso da quantidade de soldados, de equipamentos e de abastecimentos. O especialista na utilização do exército “tem o que precisa para alimentá-lo” (SUNZI, 1993:77). Isso porque ele “não recruta soldados mais de uma vez ou transporta suas provisões repetidamente da terra natal” (SUNZI, 1993:77). Pelo contrário: “Ele carrega seu equipamento militar consigo, e demanda [yin 因] suas provisões do adversário” (SUNZI, 1993:77). Ou seja, o autor quer que não falte recursos na campanha bélica e nem que a terra natal seja afetada pelo transporte de abastecimentos ou pela convocação de novos soldados para o campo de batalha que virão do trabalho no campo de agricultura. O cálculo preciso da economia da guerra e a velocidade na resolução desse conflito dependem de um conhecimento bastante claro da situação do conflito como um todo. O cálculo é especialmente importante pois, sem ele, o aspecto relativo da velocidade da batalha não se apresenta: sua precisão pode determinar que um tempo esperado de batalha seja adequado, mas que, com um cálculo impreciso, ele seria exíguo, dada a falta de recursos e a sua decadência.

O cálculo preciso da economia da guerra é importante para garantir a boa relação da população com seu Estado. Sunzi afirma que: “Um Estado é empobrecido pelos seus exércitos quando tem de abastecê-los a uma grande distância” (SUNZI, 1993:77). E também: “Abastecer um exército a uma grande distância é empobrecer a própria população” (SUNZI, 1993:77). Com esse raciocínio, ele enfatiza o bom curso da relação entre a população e o Estado, necessário para a realização vitoriosa do conflito, algo já apontado no primeiro capítulo. Quando o exército está a uma grande distância, mais tempo terá de ser dedicado para supri-lo e vencer a distância do transporte desses suprimentos, o que onera a população. Na medida em que a população tem de se dedicar a essa tarefa, o Estado também deixa de poder ter para usar em seu território o que sua população produziu, sobretudo pela agricultura. Por outro lado, o próprio exército, ao se deslocar, produz carestia: “Por sua vez, nas cercanias do exército, o preço das mercadorias sobe” (SUNZI, 1993:77). A consequência disso: “Onde as mercadorias são caras, você exaure seus recursos, e uma vez que você exauriu seus recursos, você será forçado a aumentar os impostos distritais para o exército” (SUNZI, 1993:77). Isso mostra como a obra dá uma grande atenção à dinâmica geográfico-econômica envolvida na guerra — neste caso, especialmente a implicação do espaço geográfico na distribuição da produção econômica.

Procurando ampliar a eficiência econômica na guerra, Sunzi segue fazendo uma importante sugestão: “Portanto, o comandante sábio faz seu melhor para alimentar seu exército a partir do solo do adversário” (SUNZI, 1993:77). Essa asserção é importante por duas razões. A primeira, a partir do interior do texto, é que ela aprofunda a ideia de austeridade econômica na guerra e a questão da possibilidade de haver falta de recursos mesmo diante de um cálculo aparentemente preciso. A segunda, a partir do momento histórico de produção da obra, a necessidade de submissão dos territórios adversários para que assim eles passem a contribuir com o Estado que os submeteu, algo visado na conquista territorial. O que coloca outra questão de fundo: o propósito da guerra parece ser evitar o próprio desgaste econômico enquanto se desgasta economicamente o adversário, forçando sua submissão.

Com isso, fica claro (a partir da análise de um capítulo) que a questão econômica encontra centralidade na obra e, é um problema complexo sobre o qual nosso livro constrói sua perspectiva acerca do conflito vivido em seu momento histórico. O exército depende da imobilização de uma certa quantidade de força de trabalho agrícola no campo de batalha, que é transformada em força militar, ao mesmo tempo que depende dessa economia agrícola que ficou na terra natal para alimentá-lo. Adiciona-se a isso a necessidade de manutenção dos seus recursos materiais e humanos e o deslocamento espaço-temporal da economia estatal que ele produz ao se mobilizar. Uma maneira que nossa obra apresenta para atacar esse problema é a pilhagem dos recursos materiais (e humanos) adversários, algo que já estava sendo visado pela lógica de conquista territorial desse momento histórico. Procurando dar conta dessa questão, o conhecimento da geopolítica é fundamental. A seguir, veremos que subjugar o adversário sem enfrentamento direto se soma a essa abordagem prudente elaborada em nossa obra.

O CAPÍTULO 3, “PLANEJANDO O ATAQUE”⁶

⁶ Segundo a tradução de Ames (SUNZI, 1993), “Planning the Attack” [*mou gong* 谋攻].

O capítulo terceiro discute a importância de submetermos o nosso adversário. Nele também há trechos importantes para a construção de um argumento no qual Sunzi defenderia um pacifismo. Vale lembrarmos a importância de termos em conta que isso, um pacifismo nos moldes de uma negação ou rechaçamento da atitude bélica, do emprego das armas, ou da própria guerra, enquanto conflito armado, seria algo pouco efetivo no momento histórico de escrita da obra *A arte da guerra* de Sunzi.

Sunzi começa admoestando: “O melhor é manter o próprio Estado de alguém intacto; esmagar o Estado adversário é melhor somente em segundo lugar” (SUNZI, 1993:79). A seguir, ele repete esse mesmo raciocínio para falar do exército e de todas as suas subunidades. No fim desse trecho, ele afirma: “Então vencer uma centena de vitórias em uma centena de batalhas não é a maior excelência; a maior excelência é subjugar o exército adversário sem nenhuma luta” (SUNZI, 1993:79). Isso não significa que o engajamento no conflito geopolítico deve ser evitado, pois significaria um contrassenso dada a argumentação do texto até então e as necessidades de conquista territorial postas pelo seu momento histórico. Os capítulos anteriores pressupõem esse engajamento (isso é dado pelo contexto de saída), sobretudo o militar, e reforçam essa postura ao argumentarem a sua necessidade.

No mesmo sentido dos capítulos anteriores, Sunzi procura defender uma perspectiva onde o conhecimento geopolítico prevaleça sobre o mero engajamento bélico que vence somente pela quantidade numérica, pela força bruta. O planejamento lapida o exército e permite-o vencer a brutalidade da força adversária. O Período de Estados Combatentes é marcado por conflitos armados de grandes dimensões, mas também diz respeito a uma grande diferença de força militar entre esses Estados. O autor segue afirmando: “Portanto, a melhor política militar é atacar as estratégias” (SUNZI, 1993:79). E isso está de acordo com o que nossa obra elaborou até então. A próxima política militar seria “atacar as alianças” (SUNZI, 1993:79), ou seja, desarticular as associações de um adversário com outros Estados, reduzindo a combinação de forças dele e possibilitando o aumento de seus problemas com esses outros Estados. Em seguida, ele indica “atacar soldados” (SUNZI, 1993:79). Isso reforça uma defesa do conhecimento sobre a situação do conflito geopolítico antes do efetivo engajamento militar

nele, colocando uma precedência da geopolítica sobre a guerra.

Para o autor do Sunzi, o pior seria “assaltar cidades muradas” (SUNZI, 1993:79). Isso segue o mesmo raciocínio elaborado nos capítulos precedentes. O preparo para se realizar esse tipo de assalto, pelo menos até então, custava muito tempo e matéria e a efetividade poderia ser baixa. Para argumentar contra esse tipo de ataque, ele descreve o seu processo. “Construir telas [de proteção] para cercos e veículos blindados de passageiros, e juntar todo equipamento e armamento militares necessários levará três meses” (SUNZI, 1993:79), o que significa um prolongamento temporal e dispêndio material no conflito. E não para por aí: “e erguer montes de terra contra as muralhas levará outros três meses” (SUNZI, 1993:79). O assalto a cidades muradas onera grandemente a economia do Estado que está atacando. Lembramos do apontado pelo capítulo segundo: “Se você sitiá uma cidade murada, você exaure sua força.” (SUNZI, 1993:75). Isso implica também em uma defesa da eficiência econômica durante o curso do conflito, algo já elaborado anteriormente.

Essa argumentação aponta para as responsabilidades e as consequências do papel do comandante do exército. O comandante deve proteger o Estado, dado que o “comandante é a guarda lateral da carruagem do Estado.” (SUNZI, 1993:80). Ele terá que, enquanto perito no emprego do exército, subjugar “as forças adversárias sem entrar em batalha” (SUNZI, 1993:79), para assim evitar os custos envolvidos nela. Ele também “toma as cidades muradas do adversário sem lançar um ataque” (SUNZI, 1993:79), economizando tanto recursos humanos quanto recursos materiais. E, por sua vez, “esmaga o Estado adversário sem uma guerra prolongada” (SUNZI, 1993:79). O destruir neste caso, em conformidade com o que foi afirmado até pela obra, deverá ser a destruição da sua organização (e conseqüente força) política e militar e não a destruição da sua materialidade econômica, partindo de um ataque às estratégias adversárias para subjugá-lo. A mera destruição pelo conflito armado contrariaria os dois pontos anteriores, sobretudo o que vem sendo argumentado desde o primeiro capítulo do Sunzi. O sentido da guerra é a constituição da sobrevivência material do Estado, e não a sua dilapidação. A nossa obra posteriormente afirma que o comandante “tem de usar o princípio de se manter intacto para competir no mundo [*tianxia* 天下]” (SUNZI, 1993:79). Devemos notar que isso vem servindo como pressuposto na argumentação da obra até aqui. O comandante, portanto, deve adotar o papel de um astuto estrategista geopolítico.

É por essa razão, para manter ambos (a si mesmo e ao adversário) intactos, que Sunzi discutirá como fazer para lidar com a proporção numérica entre os exércitos em combate. “Quando dez vezes a força do adversário, cerque-o” (SUNZI, 1993:80). Essa sugestão do autor também é o que pode se esperar de um adversário perito na guerra. E “quando cinco vezes, ataque-o” (SUNZI, 1993:80). No caso de “quando o dobro, encarregue-se dele” (SUNZI, 1993:80), possivelmente porque neste caso há possibilidade de ser derrotado. No caso de igualdade de forças, o autor sugere: “seja capaz de dividi-lo [o adversário]” (SUNZI, 1993:80). Isso implica na manutenção da superioridade do próprio exército contra o exército adversário e na importância da unidade contra a divisão. Este caso será retomado, de outro modo, quando o tema da necessidade de unidade do exército aparece nos capítulos de nono a décimo segundo, momento em que a prática da geopolítica será focada. Quando a força adversária for superior, “seja capaz de tomar a defensiva” (SUNZI, 1993:80). Isso é interessante, pois a defensiva somente é considerada quando o adversário detiver superioridade numérica, o que acaba por implicar o ataque como postura principal ao enfrentarmos nosso adversário. Devemos, portanto, aproveitar as vulnerabili-

dades do adversário e enfrentá-lo ao percebemos alguma abertura para o ataque. Quando a força adversária for esmagadoramente superior, “seja capaz de evitá-lo” (SUNZI, 1993:80). “Portanto, o que serve como defesa segura contra um exército pequeno somente será capturado por um exército maior” (SUNZI, 1993:80). Esse trecho, severamente truncado na edição sobrevivente, parece afirmar que, adotando a proposta feita pelo autor, somente seremos capturados caso não possamos evitar o adversário numericamente maior, pois, nos outros casos, haverá possibilidade de rivalizarmos suas forças por meio da adoção de estratégias. O texto pressupõe, como apontado anteriormente, a necessidade de estarmos em posição de ataque, onde o adversário esteja sempre sob nosso controle.

Na visão de Sunzi, o governante, complementando a categoria do curso [*dao* 道] e da regulação [*fa* 法] (expostas anteriormente no capítulo primeiro e necessárias para se conhecer a situação do conflito), deverá seguir algumas diretrizes importantes. Ele escreve: “Existem três maneiras nas quais o governante pode trazer aflição para seu exército” (SUNZI, 1993:80). A primeira atitude é ordenar algo oposto à posição do exército, como avançar ou recuar quando não se está em posição para fazê-lo. A segunda seria: “Interferir na administração do exército enquanto estando ignorante dos seus assuntos internos” (SUNZI, 1993:80). Isso parte de uma divisão histórica (ainda em desenvolvimento) entre as funções de comandante e de governante e também aponta que o exército possui uma autonomia relativa, pois possui negócios internos ao mesmo tempo que o governante poderia administrá-lo. Em terceiro lugar: “Interferir nas atribuições militares enquanto ignorante das exigências” (SUNZI, 1993:80), pois isso o fará perder “a confiança de seus homens” (SUNZI, 1993:80), que esperariam um retorno social da atribuição que alcançaram no exército (preocupação que aparece no capítulo décimo primeiro). Para o autor, isso aumenta, assim como a proteção da batalha, as chances de Estados vizinhos virem a agredir o nosso. É fundamental que este esteja altamente organizado para a execução do conflito geopolítico.

Para Sunzi, esses pontos discutidos anteriormente possibilitam conhecer o lado vitorioso da guerra antecipadamente, pois este compreende o seu curso. “O lado que sabe quando lutar e quando não lutar tomará a vitória” (SUNZI, 1993:80). Isto é, se sairá melhor o lado que se adequar às exigências de conhecimento sobre a situação do conflito e às condições econômicas impostas por ela. “O lado que entende como lidar com a superioridade e a inferioridade numéricas no destacamento das tropas tomará a vitória” (SUNZI, 1993:80). Ou seja, vencerá o lado que consegue organizar eficientemente suas forças para enfrentar, segundo os princípios já expostos, o seu adversário no curso de transformação do conflito. “O lado que tem superiores e subordinados unidos em propósito tomará a vitória” (SUNZI, 1993:80). Conforme apresentado no capítulo primeiro, o curso [*dao* 道] e o comando [*jiang* 將] devem ser investigados e aprimorados para assim nos sairmos melhor que nosso adversário (devemos lembrar que cada soldado também é um camponês). “O lado que encampa um exército plenamente preparado contra um que não, tomará a vitória” (SUNZI, 1993:80). O autor enfatiza, portanto, o papel do conhecimento e da disposição sobre a ignorância do adversário. “O lado no qual o comandante é capaz e o governante não interfere tomará a vitória” (SUNZI, 1993:80). Nessas passagens, fica evidente o papel do conhecimento como antecipação ao adversário, como meio para se organizar contra ele e como instrumento para submetê-lo. Para tanto, é fundamental examinarmos o caminho proposto pela obra para a obtenção desse conhecimento prévio, decisivo para nos darmos bem em relação ao

adversário no conflito geopolítico.

A vitória deve ser sempre visada por meio da estratégia. O conflito armado é algo que deve vir somente depois que os recursos à estratégia (a diplomacia inclusa) não tiverem surtido algum efeito. Essa abordagem faz com que a elaboração do seu problema histórico seja fundamental para a interpretação de nosso livro. A guerra, apesar de ser o tema central por toda a extensão de seu texto, não é reduzida ao simples conflito armado. Ela é elaborada enquanto um processo no qual o conflito armado é apenas um momento (derradeiro, podemos dizer) do conflito geopolítico no qual ela ocorre. Por essa razão (isto é, a guerra ser efetivamente um problema complexo), o planejamento militar e a organização do território são fundamentais para sua abordagem.

⁷ Segundo a tradução de Ames (SUNZI, 1993), “Using Spies” [yong jian 用间].

O CAPÍTULO 13, “USANDO ESPÍOES”⁷

O último capítulo do *Sunzi* completa esse nosso bloco de capítulos que tematizam o conhecimento estratégico da geopolítica e da guerra, e a necessidade desse conhecimento. Este capítulo repisa a importância do conhecimento e enfatiza o papel da espionagem na sua aquisição e sua importância decisiva para a vitória no conflito. O capítulo também ajuda a esclarecer como o ataque às estratégias adversárias se figura como mais importante que a destruição do exército adversário, algo defendido no capítulo terceiro. Ele se inicia com uma defesa da importância do conhecimento prévio sobre o campo de batalha antes de adentrá-lo. Isso é algo que já vem sendo defendido desde o capítulo primeiro, como vimos. Porém, desta vez, Sunzi propõe meios para a obtenção dos conteúdos necessários a essa presciência já defendida.

Nossa obra começa seu argumento expondo os custos de uma expedição para punir um adversário. Esse adversário teria corrompido a união pressuposta entre os territórios do reino de Zhou (dada a unificação deles em torno do Mandato do Céu investido no rei de Zhou, algo, agora, em disputa): “De modo geral, os custos à população e aos cofres públicos para mobilizar um exército de 100.000 e despachá-lo em uma expedição punitória de um milhar de *li* [里] é um milhar de peças de ouro por dia” (SUNZI, 1993:123). O texto não informa como se chegou a esse cálculo, porém, podemos aceitar com certa segurança que o argumento principal é que o custo de mobilização de um exército grande é elevado. Isso é algo já tematizado no capítulo segundo. Essa interpretação é reforçada pelos trechos que se seguem a essa asserção. “Existirá revolta na terra natal e fora dela, com pessoas caminhando exaustas nas estradas e em torno de 700.000 domicílios familiares impedidos de trabalhar nos campos” (SUNZI, 1993:123). Isso traz novamente o fato de que a guerra onera a população, que terá de se dedicar durante um certo tempo a ela, deixando de se dedicar aos seus afazeres, que é produzir para si e pagar os tributos (produzindo também, desse modo, para o seu soberano).

Esses gastos podem se sustentar durante um longo período. “Dois lados querelarão um com o outro por muitos anos de modo a lutarem uma batalha decisiva em um único dia” (SUNZI, 1993:123). Essa parece ser a tragédia da guerra: ou ela pode ser suspensa, o conflito armado sendo evitado para eventualmente ser retomado, ou ela pode ser superada negativamente, com um lado perdendo e outro saindo vitorioso (sendo que ela coloca esse desfecho desde o início). A perspectiva do Sunzi, conforme pudemos observar até aqui, é remover as mediações existentes entre o momento anterior ao engajamento no conflito e essa batalha decisiva onde se espera sair vencedor. Sabendo que a obra procura

evitar os gastos com a guerra, algo condicionado também pelo próprio contexto, pode-se inferir dessa passagem que um dos objetivos dela pode ser alcançar esse momento de decisão sem passar pelo dispêndio temporal do conflito, principalmente aquele onde se mobiliza tropas para batalharem entre si. Para nossa obra, reconhecer gastos elevados e mesmo assim deixar de conhecer a situação do conflito “é o ápice da inumanidade” (SUNZI, 1993:123). Por essa razão, o texto segue defendendo não a digladição com o adversário, mas sua dominação pelo desarme de sua estratégia (vide capítulo terceiro). Ele escreve que: “Portanto, a razão pela qual o governante previdente e seu comandante superior conquistam o adversário a cada movimento, e alcançam sucesso muito além da capacidade da multidão comum, é a presciência” (SUNZI, 1993:123). A presciência estaria na base da superação dessas mediações que prolongam a batalha e tornam seu desfecho incerto.

Dado o nosso contexto ideológico orientalista (SAID, 2003), especialmente com toda a mística que o chamado ocidente ainda imputa à cultura chinesa antiga, seria possível imaginar que Sunzi seguiria defendendo algum tipo de ritual divinatório ao falar de presciência. A divinação, de fato, fazia parte de sua sociedade (CHENG, 2008). Apesar disso, a defesa feita pelo autor é de uma presciência que prescindia de qualquer elaboração abstrata sobre a realidade material empírica. Ele escreve: “Tal presciência não pode ser obtida de fantasmas ou espíritos, inferida pela comparação com eventos passados, ou verificada por cálculos astrológicos” (SUNZI, 1993:123). Pelo contrário: “Ela tem de vir das pessoas — pessoas que conhecem a situação do adversário” (SUNZI, 1993:123). Isso possui consistência com capítulos anteriores do livro, especialmente dos capítulos quarto ao décimo segundo, que lidam com aspectos mais práticos do conflito, mas não somente com eles. A obra procura promover a concepção de que o conflito geopolítico deve ser compreendido com clareza para uma prática ativa. Segundo essa perspectiva, a ajuda do sobrenatural dificultaria o alcance desse propósito, pois teríamos de consagrar e esperar por essa ajuda sem saber com algum grau de certeza o resultado disso. Assim, o capítulo primeiro passa a ter importância fundamental: uma forma de obtenção do conhecimento atual da situação do conflito se faz necessária, dado que não se poderia obter conhecimentos por meios que não o da ciência da sua situação atual, e visto que o conhecimento da situação adversária pressupõe conhecer a nossa própria situação. A passagem citada acima implica na primazia do testemunho direto, deixando de lado a comparação com o passado histórico e a realização da divinação para a ciência do conflito.

O testemunho direto parece ser especialmente importante. Ele seria um dos poucos meios disponíveis ao momento para a obtenção do conhecimento, dado que o autor elimina a comparação com a história e a realização da astrologia enquanto possíveis ciências sobre o conflito atual. Pelo fato pressuposto de a guerra (e, por extensão, do conflito geopolítico como um todo) ser o curso [*dao* 道] do engano [*gui* 詭], há a exigência de um conhecimento *in situ* dos fenômenos. A espionagem, portanto, seria o principal modo como ele se efetiva na época da obra. Para Sunzi, os espões são os agentes mais importantes de um exército. Ele escreve que, dentro dele, “ninguém deve ter acesso mais direto que os espões; ninguém deve ser recompensado mais liberalmente que os espões; e nenhum assunto deve ser mais posto em segredo que aqueles concernentes aos espões” (SUNZI, 1993:124). Em outro momento, podemos ler que: “Não existe onde você não possa empregar bem espões” (SUNZI, 1993:124). “Somente o governante mais sagaz é capaz de empregar espões; somente o comandante mais humano e justo é capaz de colocá-los em serviço; somente a pessoa mais

sensível e alerta consegue tirar a verdade dos espíões” (SUNZI, 1993:124). Isso porque, como já vimos, o conhecimento evitaria o desperdício de tempo e de recursos materiais e humanos.

A frase final do capítulo é importante nesse sentido. “A inteligência é da essência da guerra — é do que os exércitos dependem a cada movimento” (SUNZI, 1993:124). Para conseguir alcançar o conhecimento do adversário, o autor escreve que: “Nós temos de direcionar nossos agentes a encontrarem um caminho para assegurar essa informação para nós” (SUNZI, 1993:124). O autor reafirma a posição central do conhecimento na realização do conflito geopolítico ao mesmo tempo que aponta haver agentes importantes para a sua obtenção. Esses agentes, que poderiam ser empregados na espionagem, podem ser divididos em cinco categorias.

Os tipos de espíões são cinco. Eles representam como os Estados no momento histórico da obra poderiam se relacionar de modo secreto. Para o nosso autor: “Quando os cinco tipos de espíões estão todos ativos, ninguém sabe seus métodos de operação [*dao* 道], isso é chamado de a teia imperceptível [*shen* 神], e é o tesouro do governante” (SUNZI, 1993:123). Os espíões são fundamentais para governar o Estado nesse contexto. A primeira categoria de espião, o espião local, é composta pelos “conterrâneos do adversário ao nosso serviço” (SUNZI, 1993:123). A próxima categoria, dos espíões infiltrados, é composta pelos “oficiais adversários que empregamos” (SUNZI, 1993:123). Os espíões chamados de agentes duplos são “espíões adversários que reportam para o nosso lado” (SUNZI, 1993:125). Isso pressupõe afirmar que a espionagem era algo suficientemente difundido, dado que há a expectativa na conversão de espíões do próprio adversário.

Os próximos são os espíões prescindíveis (ou descartáveis). Eles são “nossos próprios agentes que obtém informações falsas que nós deliberadamente vazamos para eles, e quem então encaminha para os espíões adversários” (SUNZI, 1993:125). Podemos presumir que posteriormente esses espíões descartáveis acabariam sendo mortos pelo adversário. Isso é interessante, pois a obtenção de conhecimento não se faz sem ao mesmo tempo tornar o adversário ignorante. Isso é tematizado, sobretudo, dos capítulos quarto ao oitavo de nossa obra a partir de outra perspectiva. Por fim, os espíões imprescindíveis são “aqueles que retornam do campo adversário para reportar” (SUNZI, 1993:125). Eles são quem traz o testemunho direto das informações *in situ*. Todas essas cinco categorias de agentes da espionagem ilustram a complexidade dessa atividade e, acima disso, mostram como ela era imprescindível para a realização vitoriosa do conflito no qual os Estados se encontravam envolvidos.

Como o espião figura de modo central na constituição do conhecimento sobre a situação do conflito geopolítico, uma questão se impõe. Ela diz respeito a como poderíamos infiltrar um espião nosso no lado adversário. O *Sunzi* escreve um meio para a obtenção de espíões. Antes de tudo: “É necessário descobrir quem o adversário enviou como agentes para espionar-nos” (SUNZI, 1993:125). Logo em seguida: “Se lidarmos com eles [*yin* 因] com subornos generosos, conquistá-los e enviá-los novamente, eles poderão, portanto, serem empregados por nós como agentes duplos” (SUNZI, 1993:125). A partir do que: “Com base naquilo que nós aprendemos com [*yin* 因] esses agentes duplos, nós podemos recrutar e empregar espíões locais e infiltrados” (SUNZI, 1993:125). Os agentes duplos são fundamentais para se conseguir ter espíões locais e agentes infiltrados. Ou seja, são fundamentais para todo o processo de espionagem.

Não somente isso. “Além disso, a partir dessa [*yin* 因] informação que nós saberemos com quais informações falsas alimentar nossos espíões prescin-

díveis para encaminhar ao adversário” (SUNZI, 1993:125). Ou seja, o espião prescindível só pode espalhar a ignorância em uma certa situação real a partir do conhecimento que se pode obter dessa mesma situação real. Ele pode servir de via para que esse conhecimento obtido seja confundido pela ignorância que ele difunde. Essa mesma fonte de informações (originada com o agente duplo, ao possibilitar o conhecimento da situação real do adversário) permite que se possa elaborar melhor aquilo que se quer conhecer da sua situação e que seja decisivo para o momento do conflito. “Sobretudo, a partir daquilo que sabemos a partir [yin 因] dessa mesma fonte, nossos espiões imprescindíveis podem completar suas atribuições de acordo com o cronograma” (SUNZI, 1993:125). Os agentes duplos são cruciais para essa operação entrar em curso.

Fica a questão de como fora constituído originalmente o espião imprescindível, que pode ser posteriormente convertido em agente duplo. Este é central na inteligência militar. “O governante tem de ter conhecimento total das operações secretas desses cinco tipos de espiões” (SUNZI, 1993:125). Isso porque o comandante e o governante devem, necessariamente, trabalhar em acordo na obtenção da inteligência (SUNZI, 1993:125). “E, dado que a chave para toda inteligência é o agente duplo, esse agente tem de ser tratado com a maior generosidade” (SUNZI, 1993:125). O grande problema está em como o adversário conseguiu empregar um primeiro espião e como o espião imprescindível foi originalmente implantado no território adversário.

Por um lado, esse raciocínio parece pressupor a tradição histórica da espionagem. Sunzi finaliza o último capítulo (e, conseqüentemente, o próprio livro) apresentando um caso clássico de espionagem: “Desde antigamente, a ascensão da Dinastia Yin (Shang) foi por causa de Yi Yin que servia na casa de [Xia]; a ascensão da Dinastia [Zhou] foi por causa de Lü Ya que servia na casa de Shang” (SUNZI, 1993:125). Esse argumento, que recorre à tradição histórica, recurso usado durante diversos capítulos do livro, aponta para um fato da espionagem: ela é algo que se espera que esteja sendo realizado no presente momento. Mesmo apesar disso, porém, mantém-se a questão sobre como, em princípio, um espião se infiltrou (ou poderia ter sido infiltrado) no interior do território adversário. Se a conversão de um espião imprescindível em agente duplo é o início da construção da inteligência militar, então nos surge um outro problema. O adversário deveria ter conseguido, originalmente, ter esse espião sem a conversão de um espião do outro lado do conflito. Fica sem resposta como ele poderia ser obtido, assim como também fica sem resposta como obter os outros tipos de espião.

De certo modo, isso poderia ser algo que o leitor depreende do momento histórico de escrita da obra. Nele há um trânsito considerável de pessoas entre os territórios, por conta do comércio (LEWIS, 1999; LI, 1996). Nesse trânsito de pessoas se poderia conhecer compatriotas do adversário, desde que houvesse esse tipo de trânsito durante um conflito declarado, ou que o trânsito prévio tenha pavimentado a possibilidade de alguém de fora dessa sociedade poder se misturar nela com facilidade. Também se poderia corromper emissários ou batedores enviados pelo adversário, ou soldados e oficiais que foram feitos prisioneiros, algo que é tematizado, mas sem ênfase na espionagem, no capítulo décimo. Também era fato a migração de oficiais e outros agentes estatais entre os territórios à procura de emprego. Essas situações, inicialmente amistosas, poderiam ter sido instrumentalizadas por um dos lados de um conflito como armas para a obtenção de conhecimento em primeira mão sobre seu adversário.

Em que pese essa questão do espião original, o argumento central do Sunzi neste capítulo segue sendo a importância do conhecimento *in situ* da si-

tuação do conflito para que se evite o desgaste econômico e da relação entre o governante e a sua população. O bloco, como um todo, caminha no sentido da centralidade do conhecimento no conflito e a sua precedência com relação à própria realização prática dele e a superioridade da lapidação da força pelo conhecimento, contra a demonstração de força bruta. O livro começa tratando do tema do conhecimento e finaliza com esse tema.

CONCLUSÃO

Este bloco temático apresentou as bases para conhecermos o conflito geopolítico segundo elaborado na obra de Sunzi. Esse aspecto do texto é central na medida em que ele aponta como os lados do conflito devem se conhecer e, em especial com a questão da espionagem, de fato conhecem a situação geopolítica. A partir do seu texto, pode-se perceber uma importante difusão da espionagem na época do autor, e a sua respectiva centralidade no conhecimento geopolítico. Junto a isso, a importância do testemunho em primeira pessoa dos diversos aspectos da situação adversária (logo sendo possível inferir que também valia para a própria situação, por meio do emprego de outros agentes estatais, mesmo não militares), em que o comandante se vale dessa divisão do trabalho científico da geopolítica.

Esquemáticamente, após obtermos as informações fundamentais, devemos elaborar o conhecimento da situação de cada um dos lados (em cinco níveis diferentes de análise) e compará-lo dentro de quadros comuns, a partir daquilo que eles têm de semelhante em sua estrutura apesar de estarem em lados opostos. Isso como se estivéssemos auferindo pesos em uma balança. Essa abordagem, para o autor, é fundamental, pois evita prejuízos econômicos, algo que pode arruinar o território do Estado. O objetivo estatal é a conquista de e defesa contra outros territórios. Além disso, faz-se fundamental conhecer o conflito para que se possa resolvê-lo rápido, indicando que o sentido do conflito está para outra coisa, a economia, e não se encerra em si mesmo, na mera apologia da realização militar. Essa apologia poderia ser algo recorrente, e a obra vinha contra ela. Temos, portanto, um esquema geral para apreendermos o conflito. Cabe-nos, agora, interpretar como o *Sunzi* elabora uma estrutura para a geopolítica e uma forma de nos engajarmos na prática nesse conflito de onde não podemos fugir, capítulos restantes não examinados aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, Marilena. Texto e Contexto: a dupla lógica do discurso filosófico. **Cadernos Espinosanos**, São Paulo, v. 1, n. 37, pp. 15–31, 2017.
- CHENG, Anne. **História do Pensamento Chinês**. Petrópolis: Vozes, 2008 [1997].
- LEWIS, Mark Edward. Writings on Warfare Found in Ancient Chinese Tombs. **Sino-Platonic Papers**, online, v. 158, aug. 2005. pp. 1–15.
- _____. Warring States: political history. **The Cambridge History of Ancient China: from the origins of civilization to 221 b. c.** New York: Cambridge University, 1999.
- LI Jun. **Chinese Civilization in the Making, 1766-221 BC**. London : Mac-

millan; New York: St. Martin, 1996.

MAIR, Victor H. **Soldierly Methods**: vade mecum for an iconoclastic translation of Sun Zi bingfa. Sino-Platonic Papers, online, n. 178, feb. 2008. 214 pp.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1978].

SUNZI. **The Art of Warfare**. Tradução de Roger T. Ames. New York: Random House, 1993.

SUNZI. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Ediouro, 2009.

JOÃO ALVES DE SOUZA NETO Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas
– joaosouzacontato@gmail.com